

RODOVIA DAS CATARATAS S.A.

*Demonstrações Contábeis elaboradas de acordo
com a legislação Societária Brasileira em
31 de dezembro de 2005 e 2004
e Parecer dos Auditores Independentes*

RODOVIA DAS CATARATAS S.A.
DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS
31 de dezembro de 2005 e 2004

Índice

Parecer dos Auditores Independentes	2
Demonstrações Contábeis	
Balanços Patrimoniais	3
Demonstrações do Resultado	5
Demonstrações das Mutações do Patrimônio Líquido	6
Demonstrações das Origens e Aplicações de Recursos	7
Notas Explicativas às Demonstrações Contábeis	8

Endereço: Rua ...
Cidade: ...
Estado: ...
Telefone: ...
E-mail: ...
Página: 1 de 1

PARECER DOS AUDITORES INDEPENDENTES

Ilmos. Srs
Diretores e Acionistas da
Rodovia das Cataratas S.A.

1. Examinamos os balanços patrimoniais da Rodovia das Cataratas S.A., levantados em 31 de dezembro de 2005 e 2004, e as respectivas demonstrações do resultado, das mutações do patrimônio líquido e das origens e aplicações de recursos, correspondente aos exercícios findos naquelas datas, elaborados sob responsabilidade de sua administração. Nossa responsabilidade é a de expressar uma opinião sobre essas demonstrações contábeis.
2. Nossos exames foram conduzidos de acordo com as normas de auditoria aplicáveis no Brasil e compreenderam: (a) o planejamento dos trabalhos, considerando a relevância dos saldos, o volume de transações e o sistema contábil e de controles internos da Companhia; (b) a constatação, com base em testes, das evidências e dos registros que suportam os valores e as informações contábeis divulgados; e (c) a avaliação das práticas e das estimativas contábeis mais representativas adotadas pela administração da Companhia, bem como da apresentação das demonstrações contábeis tomadas em conjunto.
3. Em nossa opinião, as demonstrações contábeis acima referidas representam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e contábil da Rodovia das Cataratas S.A. em 31 de dezembro de 2005 e 2004, o resultado de suas operações, as mutações de seu patrimônio líquido e as origens e aplicações de seus recursos referentes aos exercícios findos naquelas datas, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.
4. Conforme descrito na Nota 13, a Administração da Companhia e o Governo do Estado do Paraná estão discutindo, inclusive judicialmente, diversos aspectos relacionados ao Contrato de Concessão assinado entre as partes em 14 de novembro de 1997. No período de 24 de julho de 2004 a 28 de maio de 2005, vigorou o contrato preliminar, que entre outros, criou a Comissão Paritária para estudo de eventual desequilíbrio econômico e financeiro no Contrato de Concessão. A Comissão Paritária concluiu, em 24 de maio de 2005, que o Contrato de Concessão apresenta desequilíbrio econômico e financeiro, tendo a Companhia pedido a título de tutela antecipada a utilização da taxa interna de retorno – TIR (16,43% a.a.) apurada pela referida Comissão. Pedido esse, deferido em 1º de setembro de 2005, pelo Tribunal Regional Federal da 4ª Região.

Cascavel, 13 de janeiro de 2006.

MOORE STEPHENS LIMA LUCCHESI
Auditores Independentes
CRC 2SP 015.045/O-0

Sérgio Lucchesi Filho
Contador – CRC 1 SP 101.025/O-S-PR

RODOVIA DAS CATARATAS S.A.

BALANÇOS PATRIMONIAIS
Em 31 de dezembro de 2005 e 2004
(Em milhares de reais)

	<u>2005</u>	<u>2004</u>
ATIVO		
Circuante		
Caixa e bancos	1.121	577
Aplicações financeiras (nota 4)	14.165	18.280
Titulos a receber	976	462
Impostos a recuperar	145	355
Adiantamentos a fornecedores	472	310
Créditos com empresas ligadas	92	-
Outros créditos	241	300
Imposto de renda e contribuição social diferidos (nota 5)	4.047	638
Despesas do exercício seguinte	978	944
	<u>22.237</u>	<u>21.866</u>
Realizável a longo prazo		
Depósitos judiciais	1.975	1.187
Aplicações financeiras vinculadas (nota 4)	3.521	3.713
Imposto de renda e contribuição social diferidos (nota 5)	-	5.065
	<u>5.496</u>	<u>9.965</u>
Permanente		
Imobilizado (nota 6)	<u>128.767</u>	<u>135.640</u>
	128.767	135.640
Total do ativo	<u><u>156.500</u></u>	<u><u>167.471</u></u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

RODOVIA DAS CATARATAS S.A.

BALANÇOS PATRIMONIAIS
Em 31 de dezembro de 2005 e 2004
(Em milhares de reais)

	2005	2004
PASSIVO		
Circulante	4.824	2.049
Fornecedores	8.501	8.466
Empréstimos e financiamentos (nota 7)	-	2.775
Juros s/remuneração capital próprio (nota 10)	1.526	1.215
Salários e encargos sociais	1.694	1.532
Obrigações fiscais	2.765	-
Dividendos a pagar (nota 10)	180	7
Outras contas a pagar	<u>19.490</u>	<u>16.044</u>
Exigível à longo prazo	36.732	44.643
Empréstimos e financiamentos (nota 7)	2.955	2.218
Provisão para contingências (nota 8)	18.688	21.725
Provisão IRPJ/CSL s/reserva de reavaliação (nota 6)	<u>58.375</u>	<u>68.586</u>
Patrimônio líquido	41.849	41.849
Capital social (nota 10)	508	-
Reserva legal	36.278	42.172
Reserva de reavaliação	-	(1.180)
Prejuízos acumulados	<u>78.635</u>	<u>82.841</u>
Total do passivo e do patrimônio líquido	<u><u>156.500</u></u>	<u><u>167.471</u></u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

RODOVIA DAS CATARATAS S.A.

DEMONSTRAÇÕES DO RESULTADO
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2005 e 2004
(Em milhares de reais, exceto lucro por ação)

	2005	2004
Receita bruta de serviços	77.163	71.423
Impostos sobre a receita	(6.844)	(7.181)
Receita operacional líquida	70.339	64.242
Custo dos serviços prestados (nota 12)	(52.570)	(41.930)
Lucro bruto	17.769	22.312
Despesas administrativas	(4.151)	(4.202)
Lucro operacional antes do resultado financeiro	13.618	18.110
Receitas financeiras		
Rendimentos de aplicações financeiras	4.425	2.930
Juros recebidos	32	27
Descontos obtidos	15	3
Variações cambiais sobre empréstimos	1.458	681
Outras receitas	234	1
	6.164	3.642
Despesas financeiras		
Juros sobre empréstimos	(6.723)	(7.818)
Variações cambiais sobre empréstimos	(356)	-
Impostos e contribuições sobre operações financeiras	(534)	(318)
Outras despesas	(79)	(302)
Juros s/remuneração capital próprio (nota 10)	(3.965)	(3.265)
	(11.657)	(11.703)
Resultado financeiro líquido	(5.493)	(8.061)
Resultado operacional	8.125	10.049
Resultado não operacional	139	(488)
Resultado antes dos impostos	8.264	9.561
Imposto de renda e contribuição social (nota 5)	(2.678)	(3.122)
Reversão juros s/remuneração capital próprio (nota 10)	3.965	3.265
Lucro líquido do exercício	9.551	9.704
Lucro líquido por ação – R\$ 1,00	0,23	0,23

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

RODOVIA DAS CATARATAS S.A.

DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2003 e 2004

(Em milhares de reais)

	Capital	Reserva de reavaliação	Reserva Legal	Lucros (prejuízos) acumulados	Total
Saldos em 31 de dezembro de 2003	41.849			(8.581)	33.268
Reserva de reavaliação (nota 6)		43.134			43.134
Realização reserva de reavaliação		(962)		962	
Lucro líquido do exercício	-			9.704	9.704
Juros s/capital próprio (nota 10)				(3.265)	(3.265)
Saldos em 31 de dezembro de 2004	41.849	42.172		(1.180)	82.841
Realização reserva de reavaliação		(5.894)		5.749	(145)
Lucro líquido do exercício	-			9.551	9.551
Destinações do lucro líquido:					
Constituição de reserva legal			508	(508)	-
Dividendos propostos				(9.647)	(9.647)
Juros s/capital próprio (nota 10)				(3.965)	(3.965)
Saldos em 31 de dezembro de 2005	41.849	36.278	508	-	78.635

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

RODOVIA DAS CATARATAS S.A.

DEMONSTRAÇÕES DAS ORIGENS E APLICAÇÕES DE RECURSOS
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2005 e 2004
(Em milhares de reais)

	2005	2004
ORIGENS DOS RECURSOS		
Das operações:	9.551	9.704
Lucro líquido do exercício		
Itens que não afetam o capital circulante líquido:	23.101	15.128
Depreciação	19	787
Baixas do imobilizado	(1.102)	(681)
Variações cambiais de longo prazo	-	2.775
Juros s/remuneração capital próprio (nota 10)	31.569	27.713
De terceiros:	6.749	7.839
Aumento em empréstimos e financiamentos	811	694
Aumento da provisão para contingência	193	519
Redução do realizável a longo prazo	5.065	-
Transferência do realizável a longo prazo para o circulante	-	5
Aumento em depósitos judiciais	12.818	9.057
Total das Origens	44.387	36.770
APLICAÇÕES DE RECURSOS		
No imobilizado	16.393	7.992
Transferência do exigível a longo prazo para o circulante	16.593	17.387
Redução da provisão para contingências	505	268
No aumento do realizável a longo prazo	359	1.005
Dividendos	9.647	-
Juros s/remuneração capital próprio (nota 10)	3.965	3.265
Total das Aplicações	47.462	29.917
Aumento do capital circulante líquido	3.075	6.853
Varição do capital circulante líquido		
Ativo Circulante		
No final do exercício	22.237	21.865
No início do exercício	(21.866)	(13.557)
	371	8.309
Passivo Circulante		
No final do exercício	19.490	16.043
No início do exercício	(16.044)	(14.587)
	3.446	1.456
Aumento do capital circulante líquido	3.075	6.853

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

RODOVIA DAS CATARATAS S.A.

NOTAS EXPLICATIVAS AS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

31 de dezembro de 2005 e 2004

(Em milhares de reais)

1. Atividades operacionais

A Companhia, constituída em 3 de novembro de 1997, tem por objeto social a exploração do lote 003 da rodovia BR 277, conforme disposto em contrato de concessão assinado em 14 de novembro de 1997, resultante de concorrência pública internacional n. 003/96 DER/PR, concedida pelo Estado do Paraná à sociedade, mediante a cobrança de pedágio e a prestação de serviços inerentes, acessórias e complementares à concessão, incluindo, mas sem limitação, as obras e serviços de recuperação, melhoramento, manutenção, conservação, operação, expansão da capacidade de operação e exploração da rodovia principal e a recuperação, conservação e manutenção de trechos rodoviários de acesso do lote 003, bem como o desenvolvimento e aplicação de sistemas de sinalização, informação, comunicação, segurança, serviços de pesagem, atendimento mecânico, resgate e atendimento médico de primeiros socorros.

O prazo de duração da Companhia é indeterminado, mas se estenderá, no mínimo, durante a vigência de 24 anos da concessão de um trecho de 387,1 Km localizado entre o município de Guarapuava, na região central do Estado do Paraná e o município de Foz do Iguaçu, no extremo oeste do mesmo Estado.

2. Apresentação das demonstrações contábeis

As demonstrações contábeis estão sendo apresentadas com base nas disposições contidas na Lei das Sociedades por Ações, consoante principais práticas contábeis descritas na nota 3, e no pressuposto da continuidade normal das atividades da Companhia.

3. Principais práticas contábeis

As principais práticas adotadas para a elaboração das demonstrações contábeis são resumidas a seguir:

a) Receitas e despesas

As receitas e despesas são apropriadas de acordo com o regime de competência, sendo todos os ativos e passivos indexados, atualizados pró-rata "tempore".

RODOVIA DAS CATARATAS S.A.

3. Principais práticas contábeis--Continuação

b) Aplicações financeiras

São avaliadas pelos valores originalmente aplicados, acrescidos dos rendimentos auferidos até a data do balanço.

c) Despesas do exercício seguinte

Os custos com renovação de apólices de seguro, conforme previsto em cláusula contratual de concessão, a qual prevê a cobertura para a conclusão das obras futuras a serem realizadas pela Companhia durante todo o período de concessão, são diferidos e amortizados pelo período da respectiva cobertura.

d) Imobilizado

É registrado pelo custo de aquisição ou construção acrescido de reavaliação, deduzido da depreciação acumulada, a qual é calculada pelo método linear, com base nas vidas úteis estimadas dos bens, indicadas na nota 6.

e) Empréstimos e financiamentos

São registrados pelos valores de captação, acrescidos de atualização monetária e juros pactuados junto às instituições financeiras, até a data dos balanços, conforme nota 7.

f) Demais ativos e passivos circulantes

São registrados pelos valores nominais conhecidos ou estimados, atualizados até a data dos balanços, quando aplicável.

g) Imposto de renda e contribuição social

Os cálculos do imposto de renda e da contribuição social são efetuados à alíquota base de 15% (acrescida de adicionais de 10% sobre a parcela do lucro excedente à R\$ 240 no exercício) e de 9%, respectivamente, sobre o lucro líquido, ajustado por adições e exclusões previstas pela legislação fiscal. Em 31 de dezembro de 2005, foram constituídas as provisões para imposto de renda e contribuição social correntes, assim como foi registrado imposto de renda e contribuição social diferido ativo, sobre prejuízos fiscais e diferenças temporárias, conforme demonstrado na nota explicativa 5.

RODOVIA DAS CATARATAS S.A.

4. Aplicações financeiras

Banco	Tipo de aplicação	Juros	R\$	
			2005	2004
Banco do Brasil S/A	Renda fixa	97% CDI	30	181
Banco Itaú BSA	Renda fixa	99,9 e 100,80% CDI	5.808	-
Banco BIC S/A	Renda fixa	100% e 102% CDI	226	5.904
Unibanco S/A	Renda fixa	100% CDI	12	3.348
Banco Indusval S/A	Renda fixa	102% CDI	2.028	2.535
Banco Fibra S/A	Renda fixa	100,5% e 101,5% CDI	2.231	1.010
Banco Pine S/A	Renda fixa	104% CDI	3.830	1.598
Banco BVA S/A	Renda fixa	104% CDI	-	1.598
Banco Indl Brasil S/A	Renda fixa	103% CDI	-	2.106
Total curto prazo			14.165	18.280
Unibanco	Caução BNDES	100% CDI	3.521	3.713
Total longo prazo			3.521	3.713

As aplicações financeiras de longo prazo referem-se à conta vinculada destinada a suprir, em caso de insuficiência de saldo na conta corrente, o pagamento integral das prestações de amortização do principal e dos acessórios da dívida decorrente do empréstimo do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social - BNDES, conforme descrito na nota 7. O saldo desta conta ficará bloqueado até o vencimento final do contrato de empréstimo, sendo facultada sua aplicação financeira.

5. Imposto de renda e contribuição social diferidos

O imposto de renda e a contribuição social diferidos ativos foram constituídos considerando as alíquotas vigentes no próximo exercício social e têm a seguinte composição:

	Imposto de Renda		Contribuição Social		Total	
	2005	2004	2005	2004	2005	2004
Ativo:						
Sobre prejuízos fiscais	2.258	3.568	982	1.453	3.240	5.021
Sobre provisões temporariamente não-dedutíveis	631	555	176	127	807	682
	2.889	4.123	1.158	1.580	4.047	5.703
Ativo circulante					4.047	638
Realizável a longo prazo					-	5.065

O orçamento econômico-financeiro elaborado pela Companhia indica uma expectativa de que os créditos fiscais diferidos ativos poderão ser integralmente realizados no próximo exercício social.

RODOVIA DAS CATARATAS S.A.

5. Imposto de renda e contribuição social diferidos--Continuação

Foram registrados no resultado do exercício os seguintes montantes de imposto de renda e contribuição social correntes e diferidos:

	31.12.05	31.12.04
Varição no:		
Imposto de renda corrente	(726)	(1.533)
Imposto de renda diferido	(1.234)	(727)
Imposto de renda	<u>(1.960)</u>	<u>(2.260)</u>
Varição na:		
Contribuição social corrente	(296)	(590)
Contribuição social diferida	(422)	(272)
Contribuição social	<u>(718)</u>	<u>(862)</u>

A conciliação dos tributos lançados ao resultado do exercício é como segue:

	31.12.05		31.12.04	
	Imposto de renda	Contribuição social	Imposto de renda	Contribuição social
Lucro antes do imposto de renda e contribuição social	8.264	8.264	9.561	9.561
Diferenças permanentes:				
Despesas indedutíveis	134	134	1.500	1.507
Outros	(558)	(420)	(2.021)	(1.490)
Base de cálculo	<u>7.840</u>	<u>7.978</u>	<u>9.040</u>	<u>9.578</u>
Aliquotas	25%	9%	25%	9%
Total	<u>1.960</u>	<u>718</u>	<u>2.260</u>	<u>862</u>

RODOVIA DAS CATARATAS S.A.

6. Imobilizado

Descrição	Taxas anuais de depreciação	31.12.2005		31.12.2004	
		Custo	Depreciação acumulada	Líquido	
Móveis e utensílios	10%	444	(293)	151	159
Beneficiárias em imóveis terceiros	5%	235	(128)	105	112
Hardware e software	20%	4.778	(3.098)	1.680	2.184
Máquinas e equipamentos	10%	1.957	(872)	1.125	882
Veículos	20%	1.566	(759)	807	635
Marcas e patentes	5%	3		3	3
Rodovia	De 4 a 20%	132.994	(63.064)	69.930	67.767
Reavaliação de ativos		65.174	(10.208)	54.956	63.896
Totais		207.189	(78.422)	128.767	135.640

A reavaliação do ativo imobilizado foi realizada pela empresa especializada, cujo laudo datado de 28 de setembro de 2004, foi aprovado pela Assembléia Geral Extraordinária, realizada em 29 de outubro de 2004. Sobre o valor registrado do patrimônio líquido como reserva de reavaliação (mais-valia), a Companhia destacou como exigível a longo prazo os respectivos valores do imposto de renda e contribuição social mediante a utilização de uma taxa de 34%. Em 31 de dezembro de 2005 o valor registrado a esse título, no exigível a longo prazo, é de R\$ 18.688 (R\$ 21.725 em 2004).

7. Empréstimos e financiamentos

Descrição	Indexador	Taxa de juros ao ano	Vencimento Final	31.12.2005		31.12.2004	
				Curto Prazo	Longo prazo	Curto Prazo	Longo prazo
Para Investimentos:							
BNDES	TJLP	5,00% a.a.	15.07.2011	7.379	31.794	7.156	37.642
BNDES	V.C. (a)	5,00% a.a.	15.07.2011	1.122	4.938	1.310	7.001
Total				8.501	36.732	8.466	44.643

(a) Calculada com base em unidade monetária do BNDES, a qual reflete a variação cambial de uma cesta de moedas composta por: dólar norte-americano, Euro, Iene e Franco-suíço

Em 14 de dezembro de 2001 o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social – BNDES, concedeu à Companhia, linha de crédito no valor de R\$50.264 mil, com a finalidade de execução das obras e serviços destinados à recuperação, melhoramento, manutenção, conservação, ampliação, operação e exploração de parte da rodovia BR-277 e as rodovias de acesso PR-180, PR-874, PR-474 e PR-590, integrantes do Anel de Integração designado lote 03.

Em garantia dos empréstimos e financiamentos obtidos, foram entregues cartas de fiança, avais de acionistas e notas promissórias. Adicionalmente, em 14 de dezembro de 2001 a empresa controladora indireta Sideco Americana S.A. constituiu-se como devedora solidária no financiamento junto ao Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social - BNDES no valor original total de R\$50.264, com vencimento final em 15 de julho de 2011.

Os empréstimos de longo prazo têm o seguinte cronograma de pagamentos:

Vencimento	R\$
2007	8.276
2008	8.276
após 2008	20.180
	36.732

RODOVIA DAS CATARATAS S.A.

8. Provisão para contingências

Refere-se a passivos registrados para fazer face às possíveis perdas com discussões judiciais relativas a ações administrativas e cíveis.

9. Instrumentos financeiros

A Companhia não utiliza instrumentos financeiros para administrar sua exposição às variações de câmbio, entre outros fatores de risco e, em consequência disso, não tem implementado transações associadas a instrumentos financeiros, que possam gerar riscos de perda futura não registrada nas demonstrações financeiras. A posição dos empréstimos indexados em moeda estrangeira está demonstrada na nota 7.

10. Capital social

O capital social está representado por 41.849.000 ações ordinárias, sem valor nominal.

Aos acionistas detentores de ações ordinárias, o Estatuto prevê o pagamento de dividendo mínimo de 5% do lucro líquido apurado em cada exercício, ajustado na forma da lei.

A distribuição de dividendos (2005) e o pagamento de juros sobre o capital próprio (2005 e 2004) são demonstrados a seguir:

	Civilia Engenharia Ltda.	Acionista Rossi Participações S/A	Momento Eng. Const. Civ. Ltda.	Total	
				2005	2004
Dividendos					
• Propostos	8.150	1.412	85	9.647	-
• Antecipados	(5.814)	(1.007)	(61)	(6.882)	-
• Saldo em 31 de dezembro	2.336	405	24	2.765	-
Juros sobre o capital próprio					
• Propostos	3.350	580	35	3.965	3.265
• Retenção imposto de renda	(502)	(87)	(5)	(594)	(490)
• Antecipados	(2.848)	(493)	(30)	(3.371)	-
• Saldo em 31 de dezembro	-	-	-	-	2.775

Os juros sobre o capital próprio foram calculados nos termos e limites estabelecidos pelo Artigo 9º da Lei nº 9.249/95 e disposições subseqüentes, os quais permitem que os valores desses juros sejam considerados dedutíveis dos lucros em cada período para fins de determinação dos valores de imposto de renda e contribuição social sobre os lucros. Na demonstração do resultado, para atender-se a legislação tributária acima mencionada, os juros estão classificados em despesas financeiras, sendo anulado o efeito no lucro do período mediante reversão, por valores equivalentes, apresentada após os impostos sobre os lucros.

RODOVIA DAS CATARATAS S.A.

11. Seguros

A Companhia possui, em 31 de dezembro 2005, a cobertura de seguros considerada suficiente, em função dos riscos existentes em sua operação, inclusive seguros obrigatórios em função do cumprimento de cláusulas específicas do contrato de concessão, onde o beneficiário é o DER-PR.

12. Composição de custos dos serviços

Os gastos relacionados à manutenção e conservação da rodovia, assim como todos os gastos relacionados à manutenção, conservação e operação das praças de pedágio, são alocados ao resultado quando incorridos e classificados contabilmente como custo dos serviços prestados, que engloba a depreciação dos ativos relacionados a estas operações.

Para melhor apresentação da demonstração de resultado, foi procedido ao rateio dos itens que representam os gastos classificáveis como custo, baseado em levantamentos contábeis e correlação com o orçamento previamente elaborado pela Companhia.

13. Informações sobre o contrato de concessão

A pedido do Governo do Estado, a Assembléia Legislativa do Estado do Paraná autorizou o Poder Executivo Estadual, com base na Lei Estadual 14.063 de 4 de julho de 2003, a promover a encampação da Concessão objeto do contrato de exploração do lote número 3 do Programa de Concessão de Rodovias no Estado do Paraná, o qual se refere aos trechos de rodovias sob concessão da Companhia.

De acordo com a referida Lei, a extinção da Concessão e retomada do serviço pelo Governo do Estado, sob a forma de encampação, dar-se-á imediatamente após o pagamento do valor correspondente à indenização devida à Concessionária, conforme previsto no contrato de concessão e na Lei Complementar nº 76 de dezembro de 1995, que regula a concessão de serviços públicos.

Em janeiro de 2004, o Governo do Estado do Paraná emitiu uma série de Decretos declarando como sendo de "utilidade pública, para fins de desapropriação e aquisição do controle acionário, 100% das ações com direito a voto" de cinco das seis Companhias que fazem parte do "Anel de Integração do Estado do Paraná". Pelos referidos Decretos, o Departamento de Estradas de Rodagem (DER) e a Procuradoria-Geral do Estado ficam autorizados a tomar medidas extrajudiciais e judiciais para a efetivação da desapropriação.

A administração da Companhia, juntamente com parcela significativa das demais Concessionárias de rodovias que formam o chamado "Anel de Integração do Estado do Paraná", solicitou a suspensão do decreto de desapropriação e, além disso, vem discutindo, inclusive judicialmente, diversos aspectos relacionados ao contrato de concessão assinado entre as partes em 14 de novembro de 1997.

RODOVIA DAS CATARATAS S.A.

13. Informações sobre o contrato de concessão--Continuação

Tais discussões levaram à assinatura, em 24 de julho de 2004, de um contrato preliminar entre o Governo do Estado do Paraná, por intermédio do Departamento de Estradas de Rodagem do Estado do Paraná – DER/PR, e a Concessionária Rodovia das Cataratas S.A., objetivando alterar diversas cláusulas de serviços do Contrato de Concessão de Obras Públicas nº. 073/97 com base nas seguintes premissas e objetivos:

- a) Redução média das tarifas básicas do pedágio em 30%;
- b) Manutenção do reajuste das tarifas básicas do pedágio aplicadas em dezembro de 2002 e do reajuste correspondente ao ano de 2003;
- c) Considerar o volume de tráfego na fixação das tarifas básicas de pedágio;
- d) Extinção das verbas para custeio da fiscalização do DER, para aparelhamento da polícia rodoviária;
- e) Revisão da cláusula econômica, a fim de restabelecer o equilíbrio econômico financeiro do contrato;
- f) Alteração da "Performance Bond", para valor equivalente a 5% da receita projetada para o ano seguinte;
- g) Alteração das obrigações contratuais da Concessionária, mantendo-se as obrigações relativas à operação, conservação e restauração das rodovias e excluindo-se os investimentos referentes às obras de melhoria e ampliação da capacidade;
- h) As obras de restauração inicialmente previstas para o ano 7 (2004) terão seu prazo de execução ampliado até dezembro de 2005, sendo executadas em 2004 a infra-estrutura da restauração

Parte significativa dos itens acima referidos foi aplicada a partir da assinatura do contrato preliminar.

Em dezembro de 2004, o referido contrato foi prorrogado por 90 (noventa) dias e a seu término, por mais 90 (noventa) dias, de modo que sua vigência terminou 28 de maio de 2005.

Para fins de revisão de equilíbrio econômico financeiro do contrato, o contrato inicial instituiu uma Comissão Paritária. Os trabalhos dessa Comissão foram finalizados no dia 24 de maio de 2005, momento em que foi elaborada a Ata Conclusiva de nº 17, documento onde foi formalizada a existência de desequilíbrio econômico financeiro desfavorável a Concessionária. Concluiu-se também, que o reequilíbrio do contrato se daria a uma taxa interna de retorno de 16,43% a.a.. Como está em curso o processo nº 2004.70.00.040002-2, interposto pela Companhia, foi pedido pela mesma a tutela antecipada, do reequilíbrio do contrato pela TIR apurada pela Comissão Paritária, até que a ação seja transitada em julgado. Pedido esse, deferido em 1º. de setembro de 2005, pelo Tribunal Regional Federal da 4ª. Região